

CENTRO POPULAR DE CULTURA E
DESENVOLVIMENTO - CPCD

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do déficit

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Centro Popular De Cultura e Desenvolvimento - Relatório da Administração - Exercício de 2016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD, atendendo às exigências dos CPCs aplicáveis às suas movimentações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

O ano de 2016 foi marcado por um cenário macroeconômico desafiador para as empresas. Acompanhando as incertezas geradas pela crise e os escândalos nacionais aliados às incertezas financeiras mundiais, as expectativas de crescimento da economia doméstica foram reduzidas gradativamente ao longo dos meses. A economia global ainda enfrenta período de incerteza, com possibilidades de baixo crescimento por período prolongado. Altas taxas de desemprego, aliadas à implantação de ajustes fiscais, ao limitado espaço para ações anticíclicas e a incertezas políticas, traduzem-se em projeções de baixo crescimento em economias maduras, onde as taxas de juros oficiais foram sustentadas nas mínimas históricas.

Sobre a economia brasileira, tem crescido abaixo do seu potencial. O país enfrenta um dos piores momentos políticos, com escândalos recorrentes e uma grave crise socioeconômica com altos índices de desemprego, desaceleração da economia, queda do consumo e alta nos índices de inflação.

Não obstante a conjuntura enfrentada, o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD manteve seus projetos sociais, não deixando de atender as expectativas das comunidades nas quais suas atividades são desenvolvidas. Em um controle rígido de suas despesas buscando o equilíbrio financeiro de suas operações o CPCD apresentou um déficit de R\$ 698.161, e quando expurgado os efeitos da depreciação este déficit é de R\$ 593.581.

A Entidade agradece a todos os colaboradores pelo empenho no exercício de 2016.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e quotistas do
Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD
Curvelo - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

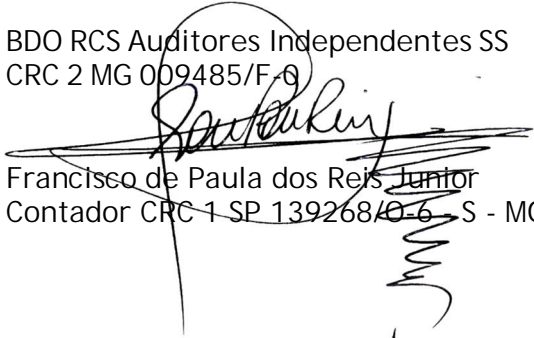
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

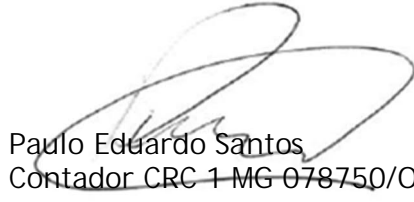
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0


Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MG


Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	617.144	2.524.403	Fornecedores	6	48.712	33.490
Créditos a receber	4	182.237	277.921	Obrigações sociais e trabalhistas	7	303.453	227.686
Adiantamento de férias	-	54.048	137.907	Repasses a realizar	8	437.110	1.751.973
Despesas antecipadas	-	3.051	-			789.275	2.013.149
		856.480	2.940.231	Patrimônio social			
Não circulante				Patrimônio social			
Imobilizado	5	654.526	492.810	Patrimônio social	10	1.419.892	1.788.137
		654.526	492.810	Déficit do exercício corrente	-	(698.161)	(368.245)
						721.731	1.419.892
Total do ativo		1.511.006	3.433.041	Total do passivo e do patrimônio social		1.511.006	3.433.041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstração do déficit

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Doações	-	86.229	872
Repasse financeiros	11	5.992.049	5.403.893
Prestação de serviços	-	720.905	1.530.803
Resultado financeiro	-	157.806	115.693
		<u>6.956.989</u>	<u>7.051.261</u>
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	12	(6.666.492)	(6.352.873)
Despesas gerais/apoio administrativo	-	(988.658)	(1.066.633)
		<u>(7.655.150)</u>	<u>(7.419.506)</u>
Déficit do exercício		<u>(698.161)</u>	<u>(368.245)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstração dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
Déficit do exercício	<u>(698.161)</u>	<u>(368.245)</u>
Déficit do exercício com efeito dos resultados abrangentes	<u><u>(698.161)</u></u>	<u><u>(368.245)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.462.837	325.300	1.788.137
Incorporação do superávit de 2014	325.300	(325.300)	
Déficit do exercício	-	(368.245)	(368.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.788.137	(368.245)	1.419.892
Incorporação do déficit de 2015	(368.245)	368.245	-
Déficit do exercício	-	(698.161)	(698.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.419.892	(698.161)	721.731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(698.161)	(368.245)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação	133.442	91.966
	(564.719)	(276.279)
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	95.684	660.683
Adiantamentos a funcionários	83.859	(137.907)
Despesas antecipadas	(3.051)	8.059
	176.492	530.835
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	15.222	(29.093)
Obrigações sociais e trabalhistas	75.767	(3.612)
Repasses a realizar	(1.314.863)	548.250
	(1.223.874)	515.545
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(1.612.101)	770.101
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizados	(295.158)	(289.650)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(295.158)	(289.650)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.907.259)	480.451
Caixas e equivalentes no início do exercício	2.524.403	2.043.952
Caixas e equivalentes no final do exercício	617.144	2.524.403
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.907.259)	480.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica.

A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira.

Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Casa Saudável, Projeto Trilhos, Ação, Projeto Ser Criança, Projeto Dedo de Gente, Caminho das Águas, Projeto Sítio Maravilha, Raposos Sustentável, Sementinha, dentre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e norma NBC ITG 2002 (R1) aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da administração em função das dificuldades de apuração.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Sumário e descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Entidade. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Entidade revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou o ajuste.

c) Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 17 de fevereiro de 2017.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.4. Créditos a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.6. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio social.

2.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.11. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.12. Instrumentos financeiros

A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício e a composição da conta cheque em trânsito, refere-se a cheques que foram emitidos no final do mês de dezembro de 2016, cuja compensação não ocorreu até o fechamento desse exercício:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bancos Conta Movimento		
Banco Brasil AG: 020-5 C/C: 77056-6	-	18
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 8989-3	41	151.786
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 22086-8	45	145.317
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37889-5	1	5.916
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37891-7	1.291	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55137-6	49	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55866-4	854	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 56827-9	-	239.734
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 56828-7	-	123.011
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 59059-2	247.227	-
Banco Brasil AG: 152-X C/C: 11879-6	6.516	379
Banco Brasil AG: 152-X C/C: 13466-X	-	11.043
Santander AG: 3115 C/C: 13000280-4	-	10
Santander AG: 3115 C/C: 13000336-2	1.151	194.733
Santander AG: 3115 C/C: 13000464-8	12.241	10
Santander AG: 3115 C/C: 13000510-6	1	10
Santander AG: 3353 C/C: 13000709-4	10	24
Santander AG: 3353 C/C: 13000751-3	10	7.768
Santander AG: 3353 C/C: 13000801-9	-	5
	<u>269.437</u>	<u>879.764</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em Reais)

	2016	2015
Aplicações financeiras		
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 8989-3	-	166.821
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 8989-3	50.567	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 22086-8	25.884	29.076
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 22673-4	6.726	1.752
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 32000-5	7.990	192.677
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37889-5	-	1.772
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37890-9	79.094	175.655
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 37891-7	-	51.859
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55137-6	138.458	454.428
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55828-7	33.779	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 55866-4	132	89.270
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 57245-4	231	-
Banco Brasil AG: 103-1 C/C: 58038-4	371	-
Santander AG: 3115 C/C 13000280-4	-	131.633
Santander AG: 3115 C/C 13000336-2	1.321	120
Santander AG: 3115 C/C 13000464-8	300	56.519
Santander AG: 3115 C/C 13000510-6	-	289.801
Santander AG: 4446 C/C 13000751-3	2.854	-
Santander AG: 3353 C/C 13000801-9	-	3.256
	<u>347.707</u>	<u>1.644.639</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>617.144</u>	<u>2.524.403</u>

4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	2016	2015
Instituto Viva a vida	60.194	116.667
Fundação Vale do Rio Doce	-	4.000
Dedo de Gente	122.043	157.254
	<u>182.237</u>	<u>277.921</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	121.836	104.313	8.579	59.961	437	295.126
Aquisição	45.562	22.480	212.782	8.826	-	289.650
Depreciação	(29.522)	(16.287)	(22.719)	(23.240)	(198)	(91.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	137.876	110.506	198.642	45.547	239	492.810
Custo total	475.114	240.760	446.786	236.941	8.446	4.322.822
Depreciação acumulada	(337.238)	(130.254)	(248.144)	(191.394)	(8.207)	(2.710.566)
Valor contábil	137.876	110.506	198.642	45.547	239	492.810
Saldos em 31 de dezembro de 2015	137.876	110.506	198.642	45.547	239	492.810
Aquisição	113.912	26.437	115.668	38.034	1.107	295.158
Depreciação	(36.545)	(15.878)	(60.697)	(20.087)	(235)	(133.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	215.243	121.065	253.613	63.494	1.111	654.526
Custo total	589.026	267.197	562.454	274.975	9.553	4.322.822
Depreciação acumulada	(373.783)	(146.132)	(308.841)	(211.481)	(8.442)	(2.710.566)
Valor contábil	215.243	121.065	253.613	63.494	1.111	654.526

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

6. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2016	2015
Fornecedores de serviços	31.448	16.062
Fornecedores de materiais	17.264	17.428
	<u>48.712</u>	<u>33.490</u>

7. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2016	2015
Provisão de férias	224.846	158.085
Provisão de INSS	10.740	19.320
Provisão de FGTS	32.254	26.830
Provisão de PIS	5.269	4.682
IRRF	20.344	18.769
Contribuição Sindical	10.000	-
	<u>303.453</u>	<u>227.686</u>

8. Repasses a realizar

Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	2016	2015
Repassse - Projeto Natura PP	138.507	454.427
Repassse - Projeto Porticus MG	1	289.811
Repassse - Projeto Mini Pronac Transit	-	239.734
Repassse - Projeto Casa Saudável Vila Cocal	7.990	192.677
Repassse - Projeto Arari	-	166.821
Repassse - Projeto Porticus MA	-	131.644
Repassse - Projeto Mini Pronac	33.779	123.011
Repassse - Projeto Arasempre	986	89.270
Repassse - Projeto Sementinha SP	1.291	51.859
Repassse - Projeto Trilhos	1	7.688
Repassse - Projeto Crivo Van Leer	-	3.261
Repassse - Projeto Buriticupu	6.726	1.752
Repassse - CPCD	-	18
Repassse - Projeto Cuidadores em Saúde	231	-
Repassse - Projeto Casa Saudável Agroplanalto	371	-
Repassse - Mini Pronac 2	247.227	-
	<u>437.110</u>	<u>1.751.973</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

9. Gratuidades e subvenções

A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos.

A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 24 de julho de 2015 (Protocolo nº 71000.081489/2010-31).

10. Patrimônio social

O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.419.892 (R\$ 1.788.137 - 31 de dezembro de 2015).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

11. Repasses financeiros

A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Trilhos e Casa Saudável	1.323.918	2.074.077
Porticus	421.454	1.449.080
Arasempre	1.103.912	480.980
Arari	1.369.333	764.011
Comunidades saudáveis	655.134	583.333
Outros repasses financeiros	1.118.298	52.412
	<u>5.992.049</u>	<u>5.403.893</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

12. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2016	2015
Projeto trilhos	(517.961)	(1.473.238)
Porticus	(383.694)	(954.727)
Casa saudável	(928.283)	(748.971)
Arari	(1.029.222)	(766.785)
Arasempre	(1.439.161)	(389.309)
Sec Barbacena	(391.291)	(355.202)
Crivo Van Leer	-	(80.567)
Sementinha SP	(41.036)	(42.038)
Raposos sustentável	(125.090)	(226.539)
FIA (cpcd)	-	(10.264)
Porticus PP	-	(1.718)
Comunidades saudáveis	(734.012)	(272.944)
Dedo de gente	(402.765)	(398.895)
Ser criança	(194.068)	(153.958)
Sítio maravilha	(12.761)	(131.606)
Caminho das águas	(575)	(282.212)
Ação	(2.245)	(63.900)
Mini Pronac	(375.457)	-
Cuidadores em Saúde	(88.871)	-
	<u>(6.666.492)</u>	<u>(6.352.873)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em reais)

13. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Sebastião Rocha
Presidente

Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3